

Fernando Henrique quer apressar desindexação

■ Presidente confirma que mínimo terá correção automática

ILIMAR FRANCO *

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso pediu ontem aos líderes dos partidos governistas apoio para apressar a desindexação total da economia. "Temos que dar um passo à frente e acabar com todos os indexadores", disse Fernando Henrique, em almoço no Palácio do Jaburu com o vice-presidente Marco Maciel e os ministros Sérgio Motta, das Comunicações, e Raimundo Brito, das Minas e Energia.

A medida provisória com a desindexação da economia vai ao Congresso até o final do mês, informou Fernando Henrique, argumentando não haver tempo para o envio e aprovação de um projeto de lei sobre o assunto. Segundo informou o vice-líder do governo Jackson Pereira (PSDB-CE), o presidente quer acabar com o IPC-r, que reajusta salários, com a Ufir, usada na correção monetária de impostos e a TR, taxa usada em aplicações financeiras, como a caderneta de poupança. O assunto ainda está em discussão na equipe econômica, porém. Os técnicos responsáveis pelos estudos só decidiram até agora que o IPC-r deixará de corrigir os salários — exceto o mínimo. Mais tarde, em entrevista à uma rede de TV argentina, o presidente afirmou que o governo não pretende alterar a cotação do dólar para resolver seus problemas de comércio exterior.

O presidente pediu ainda aos líderes governistas para derrubar projeto que regulamenta o dispositivo constitucional que limita os juros em 12% e advertiu a matéria, mesmo derrubada depois por veto presidencial, já seria suficiente para provocar uma explosão no mercado financeiro e deixaria o governo sem condições de operar a política monetária.

*** Poupança** — A equipe econômica do governo deverá manter a Taxa Referencial de juros (TR) como indexador do mercado financeiro, mas prepara novidade para a poupança: juros das cadernetas, atualmente de 6% ao ano, passarão a ser



Fernando Henrique defende a desindexação imediata da economia

determinados livremente por cada instituição financeira.

Apesar da determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso para desindexar totalmente a economia em julho, integrantes da equipe argumentam que seria perigoso fazer isso da noite para o dia. Por isso, a equipe pretende manter, num primeiro momento, a TR, da forma como é calculada hoje, para o mercado financeiro, o IPC-r para o salário mínimo e as aposentadorias, e a Ufir para os impostos, nos casos em que isto beneficia os contribuintes. No caso da TR, os técnicos ficaram preocupados com a possibilidade das mudanças provocarem descasamento entre a remuneração da poupança e as prestações da casa própria.

Inicialmente, os técnicos analisaram a possibilidade de alterar a forma de cálculo da TR com o objetivo

de adequá-la a um cenário de economia totalmente desindexada. Hoje, a TR é calculada com base nos juros cobrados pelos bancos na emissão dos Certificados de Depósito Bancário de 30 dias. Antes de fixar a TR, o BC aplica sobre os juros dos CDBs um redutor de um ponto percentual.

A idéia original era acabar com esse redutor, tornando a TR uma taxa efetivamente referencial de juros, como já são, por exemplo, a Libor inglesa e a Prime Rate americana. O problema, alegam técnicos da Fazenda, é que ao fazer isso, o governo poderá assustar os investidores e provocar fuga de dinheiro das aplicações. Isto seria desastroso no atual momento do plano econômico, quando o governo tenta conter o consumo.

* Colaborou Cristiano Romero

Arnildo Schulz — 10/02/95

154